

"ASG & Seguros - Reflexões": um livro que apresenta múltiplos (e essenciais) pontos de vista



Entrevistamos Pedro Werneck, um dos autores da obra recém-lançada pela Escola de Negócios e Seguros, e que aborda assuntos como desafios ambientais, responsabilidade social e governança corporativa transparente

No final de 2023, a Escola de Negócios e Seguros (ENS) lançou o livro "ASG & Seguros - Reflexões" contendo um artigo escrito pelo analista sênior da CNseg, Pedro Werneck, intitulado "Consideração de questões ASG para o setor de seguros", que aborda a relevância da consideração de aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) para as operações de seguros, destacando como as empresas do setor podem se posicionar em relação ao tema.

[O livro "ASG & Seguros - Reflexões" contendo o artigo de Pedro Werneck está disponível gratuitamente no site da ENS](#)

Do conceito de ASG à transição climática justa, uma conversa com Pedro Werneck

Para nos aprofundarmos um pouco mais nesse tema, conversamos com Pedro, que é coordenador da Comissão de Integração ASG da CNseg, é graduado em Relações Internacionais pelo IBMEC, possui certificação da ENS em ESG para o setor de seguros e está obtendo a certificação em Finanças Climáticas pelo CFA Institute. Confira abaixo:

Pedro, em seu artigo, você fala que ASG é a tradução do conceito de sustentabilidade para as ciências humanas que orienta as atividades produtivas, avaliando o desempenho das organizações. Como, objetivamente, as questões ASG podem ser utilizadas para avaliar o desempenho das organizações e das seguradoras, em particular?

A tríade ASG, composta por critérios Ambientais, Sociais e de Governança, é utilizada para avaliar o desempenho sustentável de organizações a longo prazo. Estes critérios vão além de métricas econômicas convencionais, fornecendo uma base mais ampla e holística para decisões financeiras e de investimento. Eles enfatizam a importância de práticas sustentáveis e responsáveis, abordando questões como impacto ambiental, responsabilidade social e governança corporativa.

Atualmente existem diversos índices e frameworks no mercado responsáveis por comprovar, medir a eficácia e padronizar o reporte da atuação de empresas em relação a questões ASG. Esses

critérios estão ligados a emissões de carbono diretas ou indiretas, a práticas de diversidade, ao impacto das suas atividades nas comunidades locais, à eficiência energética, à gestão de resíduos, entre outros.

Para o setor de seguros, o desempenho relacionado ao tema está majoritariamente ligado à consideração de questões ASG no core de suas atividades: processos de subscrição e gestão de riscos e de ativos. Embora não existam critérios ASG específicos para avaliar o desempenho de seguradoras, já existem iniciativas consolidadas que visam uniformizar informações financeiras de sustentabilidade para empresas de capital aberto. Com o lançamento das normas IFRS S1 e S2, por exemplo, organizações, inclusive seguradoras, poderão traduzir financeiramente seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, proporcionando informações mais qualificadas para os investidores.

Dois conceitos sobre os quais há certa confusão são os de “mudanças climáticas” e “transição climática”. Pode explicar a diferença dos dois?

As "mudanças climáticas" se referem às transformações de longo prazo nos padrões de temperatura e clima. Já "transição climática" se refere ao processo de mudança de um modelo econômico intensivo em carbono para uma economia de baixo carbono. A transição climática envolve a adoção de tecnologias sustentáveis, políticas de mitigação de emissões de carbono e de adaptação às mudanças climáticas.

- Em seu artigo, você afirma que o G20 reconhece que o risco climático representa uma ameaça à estabilidade financeira internacional devido aos impactos físicos, mas também aos impactos da transição para uma economia de baixo carbono nos mercados financeiros. Quais os maiores desafios financeiros da transição para uma economia de baixo carbono?

A transição para uma economia de baixo carbono envolve riscos financeiros que podem ser categorizados em 4 esferas principais: político-legais, de mercado, tecnológicos e reputacionais.

Os riscos político-legais surgem de mudanças na legislação e em políticas públicas relacionadas à adaptação para uma economia de baixo carbono ou à inibição de atividades com emissões elevadas. A taxa de carbono e as restrições de emissões para algumas indústrias são exemplos mais comuns. Empresas que não estão em conformidade com novas regulamentações/leis podem enfrentar multas e, eventualmente, processos judiciais.

Dessa forma, o risco de litígio ou risco legal é um componente importante a ser considerado nessa esfera, uma vez que a judicialização relacionada a falhas na gestão dos riscos climáticos ou à insuficiência na transparência a respeito de riscos materiais relacionados ao clima têm sido cada vez mais constante, especialmente em países com arcabouço regulatório/legal mais robusto em relação ao clima.

O risco de mercado no contexto da transição para uma economia de baixo carbono pode ser compreendido como o risco de mudanças dos padrões de demanda e de oferta para certos produtos e serviços. Um aumento na demanda por instalações comerciais que possuem sistemas de energia fotovoltaica, ou de eficiência energética, por exemplo, pode desvalorizar instalações que não as possuem.

Já os riscos tecnológicos de transição estão diretamente associados ao surgimento de novas tecnologias que impulsionam a transição para uma economia de baixo carbono, como eficiência energética, energia renovável e processos de captura de carbono que podem afetar a competitividade das empresas. Empresas que investem em tecnologias ultrapassadas e danosas ao meio ambiente podem enfrentar riscos de obsolescência e de perda de investimentos.

Por fim, os riscos reputacionais estão ligados a percepção pública em relação às práticas empresariais. Empresas que apoiam ou se associam a empreendimentos, parceiros, clientes ou

fornecedores de má reputação podem sofrer consequências negativas que incidem principalmente em sua imagem reputacional.

- Quais os meios possíveis para as seguradoras contribuírem para a transição para uma economia de baixo carbono?

Fornecendo cobertura securitária para agentes de setores econômicos estratégicos para essa transição, como infraestrutura verde, energia limpa, bioeconomia e agricultura sustentável; e influenciando stakeholders das suas cadeias de valor por meio da adoção de condutas socioambientais responsáveis em suas atividades de subscrição de riscos, de gestão de seus investimentos e de seleção de fornecedores/prestadores de serviço.

Vale destacar que direcionar esforços para atividades e indústrias que efetivamente contribuem para o desenvolvimento sustentável não significa necessariamente abandonar nichos de mercado que são intensivos em carbono. Seguradoras podem demandar de seus clientes/proponentes planos de transição, de contingenciamento e dispositivos de mitigação de danos ambientais (exigências que vão além das normas legais) para renovação de contratos de seguros ou aceitação de riscos, por exemplo.

O setor de seguros pode incentivar, apoiar e engajar segurados e potenciais consumidores de seguros na transição de suas operações para modelos sustentáveis via redução do risco de investimentos em novas tecnologias, via adaptação ou criação de novos produtos e serviços ou via revisão na precificação dos seguros para que levem em conta processos mais sofisticados e sustentáveis. É importante ressaltar que impor limites e restrições para a realização de negócios que considerem aspectos climáticos é uma prerrogativa individual de cada empresa de seguro e amparada pelo regulador (por meio da Circular Susep 666).

O que é a “transição climática justa”? Como o setor de seguros se relaciona com essa pauta?

A transição climática justa consiste na transição econômica para um modelo de baixo carbono "sem deixar ninguém para trás." Os desafios ligados ao processo de transição climática afetam de maneira desigual países, comunidades, pessoas e setores da economia. Isto porque a transição climática envolve mudanças significativas em setores econômicos, como a substituição de indústrias baseadas em combustíveis fósseis por alternativas sustentáveis, e tem implicações profundas para o emprego, a redistribuição de recursos e o desenvolvimento social.

De maneira geral, o papel dos seguros na transição climática justa está em reduzir as assimetrias sociais e potencializar (ao máximo) as oportunidades que o modelo econômico de baixo carbono proporciona. Aumentar a participação do seguro na sociedade, especialmente para populações vulneráveis, promove maior resiliência financeira dessa parcela da população, auxiliando na diminuição das desigualdades e contribuindo para construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Além disso, o seguro é fundamental para amparar obras e reformas estruturais em segmentos estratégicos para transição climática, como transportes, energia e agricultura.

[O livro “ASG & Seguros – Reflexões” contendo o artigo de Pedro Werneck está disponível gratuitamente no site da ENS](#)

Conversa Segura #5: qual o papel da Previdência Complementar?



Longevidade e planejamento financeiro são os temas do novo programa

- O brasileiro está vivendo mais, a expectativa de vida chegou aos 77 anos, de acordo com o último Censo, tendo o crescimento da população conhecida como 60+, ao mesmo tempo que se reduz entre os que tem até 14 anos
- Pesquisa da FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) alerta para o fato de embora o desejo seja parar de trabalhar aos 60 anos, apenas 30% dos brasileiros acreditam que vão conseguir
- Além disso, que quatro a cada dez brasileiros contam com apenas o INSS como renda ao se aposentar
- Longevidade e planejamento financeiro são o tema do quarto programa da série Conversa Segura, novo videocast da CNseg

[Você pode ouvir o Conversa Segura](#) ou [assistir o programa no YouTube](#)

“O Brasil está envelhecendo e está envelhecendo rápido. Quando a gente olha as populações envelhecidas no mundo, especialmente europeias, elas enriqueceram e depois envelheceram. O Brasil está envelhecendo sem ter enriquecido, o que significa dizer que o poder público vai ter uma capacidade muito limitada de atender aos anseios de manutenção de renda e qualidade de vida de uma população envelhecida”, avalia o presidente da FenaPrevi, Edson Franco.

A jornalista e economista Yolanda Fordelone analisa que por conta do despreparo, o envelhecimento que é comemorado, em finanças acaba tendo um viés negativo. “A gente vai viver mais e quer viver melhor. Para viver melhor, vai passar por essa questão financeira. É uma dificuldade, não só do brasileiro, olhar para o Eu do futuro em vários aspectos, de saúde, de alimentação, a gente não consegue se imaginar com uma certa idade”.

As mudanças no mercado de trabalho e o fortalecimento do empreendedorismo ainda mostram a necessidade de planejamento individual quando o assunto é longevidade e manutenção da qualidade de vida. “A gente sabe que nesse tema de finanças o tempo é muito importante. Então, quanto mais cedo você começa a acumular, maior o efeito da capitalização dos juros. Às vezes, com um valor pequeno, você consegue acumular uma reserva elevada no futuro”, explica o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira.

Confira outros tópicos desta conversa

- INSS, empresa e indivíduo formam o tripé previdenciário, mas o crescimento do trabalho autônomo reforça a reflexão sobre a responsabilidade de fazer uma poupança individual, como a previdência privada
- A longevidade pode criar uma fase entre a adolescência e ser adulto, que vai dos vinte aos 30 anos: a fase da experimentação nos mais diversos aspectos, até mesmo em relação ao emprego
- O total de ativos em previdência privada aberta, em 1997, era na ordem de R\$ 3,5 bilhões. Hoje, já se fala em R\$ 1,3 trilhão, o que mostra que há um processo de conscientização
- No entanto, menos de 6% da população investe em previdência privada
- Hoje não existe instrumento financeiro mais adequado para acolher investimento de longo prazo do que os planos de previdência, em função do incentivo fiscal e da flexibilidade
- Fenômenos como casais sem filho, ou com apenas um filho e filhos que quando adultos não saem da casa dos pais podem afetar a dinâmica de suporte familiar hoje existente
- A pesquisa FenaPrevi mostrou que o brasileiro tem a intenção de fazer planejamento financeiro, mas poucos realmente fazem
- A pandemia mostrou que há temor quanto a não conseguir assistência médica para si e seus familiares
- Há também a preocupação com a manutenção da situação familiar em caso de morte prematura do provedor da família, evidencia a pesquisa
- Poupar aparece como a primeira opção de quem diz que tem a intenção de fazer planejamento financeiro
- Há produtos de seguro voltados a proteção da renda familiar, como o de vida, o de desemprego, o de doenças graves e invalidez, e até a própria previdência
- Na entrevista, eles explicam como alguns produtos protegem o hoje, e como a previdência, por exemplo, é um produto de proteção relacionado inclusive com o aumento da longevidade
- A sociedade precisa desenvolver a consciência de que não existe proteção patrimonial sem a proteção a renda

Fonte: CNseg, em 26.12.2023